



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0066839-3/02

EMBARGANTE: AUTO POSTO NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM

EMBARGADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 018/2010

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO CONHECIDO, MAS REJEITADO NO MÉRITO. 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. *In casu*, não existe o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado. Há, sim, mero propósito do recorrente de prequestionar a matéria *sub examine*.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar os embargos, nos termos do voto do Relator.*

Recife, 26 de janeiro de 2010.

*5505
R*

Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0066839-3/02

EMBARGANTE: AUTO POSTO NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM

EMBARGADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração voltados contra acórdão desta Câmara que, à unanimidade de votos, negou provimento ao agravo regimental proposto pelo ora embargante.

O embargante alega omissão no acórdão, argumentando ser o caso de se aplicar a teoria da encampação, ao contrário do que restou decidido por este Colegiado.

Requer, ao final, o conhecimento da matéria para fins de prequestionamento, bem como o provimento dos aclaratórios a que sanada a alegada omissão, emprestando-lhes efeitos infringentes.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Direito processual civil. Embargos de declaração em agravo regimental. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Prequestionamento. Recurso conhecido, mas rejeitado no mérito. 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. *In casu*, não existe o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado. Há, sim, mero propósito do recorrente de prequestionar a matéria *sub examine*.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal.

Em torno da matéria, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Agravo Regimental n.º 169.073/SP, 1.ª Turma, Relator Min. José Delgado, DJ 17.08.98, decidiu que:

“É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio.”

Logo, não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada pela parte.

Passo, então, a analisar se o acórdão, ora vergastado, padece de algum dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

vícios que autorizam a oposição dos embargos. Eis os termos do julgado combatido:

Ementa: Direito Administrativo. Recurso de agravo em mandado de segurança. Decisão terminativa, que extinguiu o feito sem julgamento do mérito por ilegitimidade passiva. Não provimento.

1. Patente a ilegitimidade passiva *ad causam* da autoridade apontada coatora, eis que o Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco não é, nos termos da legislação vigente à época da impetração, o responsável direto pela restituição do imposto estadual pago a maior, haja vista se tratar de atribuição de órgão a ele subordinado, qual seja, a Diretoria de Administração Tributária.

2. É importante observar que embora a autoridade coatora, nas informações que prestou, tenha defendido a legalidade do ato impugnado, tem-se que, consideradas as peculiaridades do caso *sub examine*, não é possível se aplicar a chamada teoria da encampação, adotando-se o seguinte entendimento do STJ:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. REFORMA. MILITAR. CÁLCULO DOS PROVENTOS. PROCESSUAL CIVIL. COMANDANTE DA AERONÁUTICA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Patente a ilegitimidade passiva do Comandante da Aeronáutica pois o ato de reforma foi expedido pelo Vice-Diretor de Administração de Pessoal, mediante delegação de competência. Incidência do comando inserido no artigo 14, § 3º, da Lei n.º 9.784/1999 e do enunciado de n.º 510 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Nos termos do enunciado n.º 510 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, "praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial."

3. A autoridade que praticou o ato não consta do rol taxativo de que cuida o art. 105, inciso I, alínea 'b', da Constituição Federal, fugindo o exame da legalidade de seus atos à competência originária desta Corte. Precedentes.

4. A mera defesa do ato não faz incidir, de per si, a teoria da encampação.

5. Denegação da ordem (Art. 6º, §5º, da Lei n.º 12.016/2009), sem julgamento do mérito (art. 267, VI, CPC). - mandado de segurança n.º 0118787-8 Julgado em 23.9.2009.

Vislumbro pertinente, ainda, transcrever o voto desta Relatoria integrante do acórdão acima referido, *in verbis*:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Cuidam estes autos de mandado de segurança impetrado em face de ato atribuído ao SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, consubstanciado na omissão de resposta ao pedido formulado administrativamente pelo ora impetrante com o objetivo de aproveitar crédito acumulado em decorrência de recolhimento a maior de ICMS.

Pedido liminar indeferido à fl. 191.

Informações da autoridade reputada coatora às fls. 197 a 217.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça às fls. 222 a 226, no qual tecidas as seguintes considerações, in verbis:

Inicialmente, deve ser acolhida a preliminar de ilegitimidade ad causam aduzida pela autoridade indigitada de coatora. É que o deferimento ou não do pedido de restituição de imposto de renda pago a maior não está no limite de ação do Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, mas do Diretor de Administração Tributária, conforme previsão do art. 45 da Lei n.º 10.654/91.

A propósito, no dizer de Lúcia Valle Figueiredo, autoridade coatora é sempre quem tem poder de decisão, poder de determinar que possa vir a provocar constrições a quem se sujeita à Administração. Portanto, a quem é administrado.

Pedido de suspensão do feito às fls. 248/249 dos fôlios.

Eis o breve relatório. Decido.

Diviso patente a ilegitimidade passiva ad causam da autoridade apontada coatora, eis que o Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco não é o responsável direto pela restituição do imposto estadual pago a maior:

Sobre a matéria, reputo pertinente transcrever os esclarecimentos encontrados na fl. 199 dos autos:

A Lei Estadual n.º 10.654/91, que rege a matéria, nos artigos 45 a 49, dispõe que a competência para conceder a restituição de tributos é da Diretoria de Administração Tributária - DAT -, através do Departamento da Receita



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Tributária – DRT (art. 47).

Segundo as lições de Alexandre de Moraes:

Sujeito passivo é a autoridade coatora que pratica ou ordena concreta e especificamente a execução ou inexecução do ato impugnado, responde por suas consequências administrativas e detenha competência para corrigir a ilegalidade, podendo a pessoa jurídica de direito público, da qual faça parte, ingressar como litisconsorte.

In casu, o ato ilegal consiste na omissão da resposta administrativa ao pleito formulado à Secretaria da Fazenda. Contudo, a responsabilidade para tal conduta não pertine ao Secretário Estadual, sendo atribuição de órgão a ele subordinado, qual seja, a Diretoria de Administração Tributária.

A esse respeito, transcrevo acórdão deste Tribunal de Justiça, in verbis:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. ACOLHIMENTO. CARÊNCIA DE AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1- Não possui legitimidade o Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco para residir no pólo passivo da demanda em tela.*
- 2- (...)*
- 3- In casu, o Secretário da Fazenda Estadual, como autoridade tributária superior, apenas expede normas, regulamentadas através de portarias e outros atos normativos de sua competência, não praticando diretamente nenhum ato de arrecadação de tributos.*
- 4- Insurgindo-se, inicialmente, o impetrante, contra a apreensão de mercadorias, estar-se-ia, na realidade, se opondo a ato praticado por funcionário fiscal, a quem compete a lavratura do respectivo auto de infração, ou, no máximo, ao Diretor de Postos Fiscais, a quem cabe coordenar e executar as ações de fiscalização e controle do trânsito de mercadorias nos Postos Fiscais e Terminais Fiscais, promovendo o*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

lançamento de impostos devidos e a apreensão de mercadorias nas situações cabíveis, ex vi do caput do art. 82, do Decreto Estadual n.º 24024, de 14 de fevereiro de 2002.

5- Assim sendo, a ação mandamental em tela não poderia ter sido impetrada contra o Secretário da Fazenda estadual, sendo, portanto, o impetrante carente de ação, devendo o processo do Mandado de Segurança ser extinto, sem julgamento do mérito, com fundamento no art. 8.º da Lei 1.533/51 c/c art. 267, inciso VI, do CPC, revogando-se a liminar concedida.

6- Unanimemente, acolheu a preliminar de carência de ação, por ilegitimidade passiva ad causam da autoridade coatora e, por consequência, extinguindo-se o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

(TJPE. 2.º Grupo de Câmaras Cíveis. Relator Desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes. Agravo Regimental n.º 84411-3/01, j. 16.10.2002)

Considerando que a autoridade indicada como coatora fez a defesa da legalidade do ato, impende salientar que não incide no caso concreto a teoria da encampação. Nesse sentido, manifesta-se o voto do Ministro Haroldo Rodrigues (Desembargador Convocado do TJCE) no mandado de segurança n.º 0118787-8 de sua relatoria:

É importante observar que embora a autoridade coatora, nas informações que prestou, tenha defendido a legalidade do ato impugnado, tenho, consideradas as peculiaridades do caso ora examinado, não ser possível aplicar a chamada teoria da encampação.

No ponto, a hipótese guarda significativa semelhança com o Mandado de Segurança n.º 8.963/DF, julgado em 10 de junho do ano em curso, ocasião em que esta Terceira Seção, à unanimidade, acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva das autoridades indicadas como coatas, extraíndo-se do voto condutor da lavra do Ministro Paulo Gallotti a seguinte fundamentação:

"A meu ver, é patente a ilegitimidade passiva do Ministro de Estado da Defesa e do Comandante da Aeronáutica - únicas autoridades apontadas como coadoras - ante o disposto no artigo 23, inciso I, do Regulamento de Promoções



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

de Graduados da Aeronáutica, Decreto n.º 881, de 23 de julho de 1993, que atribui ao Diretor de Administração do Pessoal a competência para efetuar a promoção buscada.

Confira-se:

'Art. 23. As promoções serão efetuadas:

I - a Suboficial, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento, Terceiro-Sargento e Cabo, por ato do Diretor de Administração do Pessoal;'

De outro lado, o Diretor de Administração do Pessoal da Aeronáutica não consta do rol taxativo de que cuida o art. 105, inciso I, alínea 'b', da Constituição Federal, fugindo o exame da legalidade de seus atos à competência originária desta Corte.

A propósito:

'MANDADO DE SEGURANÇA. INTEMPESTIVIDADE QUANTO AO ATO DO MINISTRO DE ESTADO E INCOMPETÊNCIA EM RELAÇÃO A OUTRA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO CONHECIMENTO.

- Decorridos mais de cento e vinte dias desde que praticado o ato pelo Ministro de Estado, não se conhece do pedido de segurança.

- Se, de outra parte, o ato foi praticado pelo Diretor de Administração do Pessoal, o julgamento foge à competência desta Corte.'

(MS n.º 1.189/DF. Relator o Ministro **HÉLIO MOSIMANN**, DJ de 17/2/1992)

É bem verdade que o Comandante da Aeronáutica, nas informações que prestou, acabou por adentrar no exame do mérito da causa, circunstância que poderia, à primeira vista, legitimar sua inclusão no polo passivo, por força da teoria da encampação, aplicada em outros julgados desta Corte e, em especial, desta Terceira Seção.

Todavia, consideradas as peculiaridades do caso ora examinado, a defesa do ato, feita em homenagem ao princípio da eventualidade, não faz incidir, de per si, a teoria da encampação por, pelo menos, três razões.

A uma, porque a aplicação da referida teoria, nessas circunstâncias, importaria modificação da competência constitucionalmente atribuída ao Superior Tribunal de Justiça.

No ponto, registro que a jurisprudência firmada no âmbito da Primeira Seção desta Corte e das Turmas que a integram é no sentido de que a incidência da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

teoria da encampação requer, dentre outros requisitos, a preservação da competência, nos exatos limites postos na Constituição Federal.
Confira-se:

'PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA POLÍTICA. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ISENÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI 10.599/2002. ADVOGADO GERAL DA UNIÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.

1. A teoria da encampação é aplicável ao mandado de segurança tão-somente quando preenchidos os seguintes requisitos: existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal; e manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas. Precedentes da Primeira Seção: MS 12779 / DF, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 03/03/2008; MS 10.484/DF, Rel. Min. José Delgado, DJ de 26/09/2005.

2. In casu, foi apontado como autoridade coatora o Advogado Geral da União, o qual ostenta status de Ministro de Estado, cujos atos estão sujeitos, na via do mandado de segurança, à competência originária, de natureza constitucional e absoluta, do Superior Tribunal de Justiça.

3. Entrementes, verifica-se que o ato coator indicado - descontos, referentes ao Imposto de Renda e à contribuição previdenciária, efetuados sobre os proventos de aposentadoria pagos a anistiado político que exercia cargo de procurador federal - é resultado de atividade administrativa complexa, desempenhada pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria-Geral da AGU.

*4. Destarte, ressoa incabível a adoção da 'teoria da encampação' ao caso **sub judice**, porquanto implicaria indevida modificação ampliativa de competência absoluta fixada na Constituição.*

5. Mandado de segurança extinto sem julgamento do mérito.'
(MS n.º 12.149/DF. Relator o Ministro LUIZ FUX, DJ de 15/9/2008).

Também assim os acórdãos do AgRg no MS n.º 13.351/SP, relator o Ministro Humberto Martins (DJ de 24/11/2008) e RMS n.º 21.809/DF, Relatora a Ministra Denise Arruda (DJ de 15/12/2008).

A duas, há que se atentar para o alerta lançado na oportuna lição de Lúcia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Valle Figueiredo:

'Veja-se, então, que não pode a lei estabelecer competência ad hoc, quer dizer, competência para aquele fato aleatoriamente. Se já houver autoridade competente, não se poderá, por meio transverso, estabelecer-se outra autoridade, pois, assim, teoricamente, possível seria deslocar-se todos os mandados de segurança para Brasília, por hipótese.'
(*"Mandado de Segurança"*. 5ª Ed. São Paulo. Malheiros. 2004. p. 61)

Nessa linha de raciocínio, vale dizer, se a norma de competência para a prática de atos for elastecida pela aplicação indiscriminada da teoria da encampação, todos os mandados de segurança serão originariamente apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal.

A três, a questão guarda alguma semelhança com o tema debatido por esta Corte quando dos julgamentos dos precedentes que deram origem ao enunciado n.º 177 de nossa Súmula, este assim redigido:

'O Superior Tribunal de Justiça é incompetente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado'

Dessarte, não se afigura razoável que esta Corte, conferindo interpretação restritiva ao dispositivo constitucional, tenha afirmado sua incompetência para julgar, originalmente, mandados de segurança contra ato de colegiado - de cuja elaboração o Ministro de Estado tenha participado diretamente - para, nas hipóteses como a ora examinada, afirmar sua competência originária no exame de atos produzidos por autoridades subordinadas, atos que não contaram com a participação do Ministro de Estado.'

Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade passiva da autoridade apontada como coatora e voto pela denegação da segurança, nos termos do art. 6º, §5º, da Nova Lei do Mandado de Segurança - Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009 - extinguindo o feito sem julgamento do mérito, com base no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

É como voto.

Assim restou grafado o acórdão correlato ao voto acima transcrito, in verbis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. REFORMA. MILITAR. CÁLCULO DOS PROVENTOS. PROCESSUAL CIVIL. COMANDANTE DA AERONÁUTICA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Patente a ilegitimidade passiva do Comandante da Aeronáutica pois o ato de reforma foi expedido pelo Vice-Diretor de Administração de Pessoal, mediante delegação de competência. Incidência do comando inserido no artigo 14, § 3º, da Lei n.º 9.784/1999 e do enunciado de n.º 510 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
2. Nos termos do enunciado n.º 510 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, "praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial."
3. A autoridade que praticou o ato não consta do rol taxativo de que cuida o art. 105, inciso I, alínea 'b', da Constituição Federal, fugindo o exame da legalidade de seus atos à competência originária desta Corte. Precedentes.
4. A mera defesa do ato não faz incidir, de per si, a teoria da encampação.
5. Denegação da ordem (Art. 6º, §5º, da Lei n.º 12.016/2009), sem julgamento do mérito (art. 267, VI, CPC). - Julgado em 23.9.2009.

Vislumbro ser essa a hipótese dos autos, em que figura no polo passivo, indevidamente, o Secretário da Fazenda Estadual, cuja função estabelece a competência do Grupo de Câmaras Cíveis para processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra seus atos, diferentemente dos órgãos a ele subordinados.

E mais, considerando que o Diretor da Administração Tributária, efetivamente responsável pela omissão impugnada não integra a presente lide, impossível a remessa dos autos ao Juízo competente, pelo que extingo o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 6º, §§ 3.º e 5.º, da Lei n.º 12.016/09 c/c o inciso VI do art. 267 do CPC.

Publique-se. Intimem-se. Decorrido o prazo legal *in albis*, arquivem-se os presentes autos, observadas as cautelas de estilo.

Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. Não vislumbro, *in casu*, o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual acima



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

invocado, nem tampouco razoabilidade no prequestionamento aviado.

Todos os pontos do recurso foram abordados no julgamento com clareza solar, reputando-se não aplicável, *in casu*, a teoria da encampação. O embargante defende a tese contrária, rediscutindo questões já decididas e devidamente fundamentadas. Entretanto, os embargos declaratórios não se prestam a esse fim, possuindo natureza meramente integrativa.

Em face do exposto, reputo inexistir causas de embargabilidade na decisão acoimada. Não obstante, objetivando os presentes declaratórios o prequestionamento da matéria, meu voto é no sentido de se conhecer do recurso, rejeitando-o, todavia, no mérito.

Assim é como voto.